

181. TECNOLOGIA NA ADVOCACIA: PRINCIPAIS VANTAGENS NA ATUAÇÃO JURÍDICA PRIVADA

Mayume Caires Moreira

Mestra, Unicesumar.
Maringá – Paraná – Brasil
mayume.moreira@unicesumar.edu.br
<http://lattes.cnpq.br/7810923422029283>
<https://orcid.org/0000-0002-1333-1891>

Brenda Peres Silverio

Graduanda, Unicesumar.
Maringá – Paraná - Brasil
ra-24000148-2@alunos.unicesumar.edu.br
<http://lattes.cnpq.br/0224731758665439>
<https://orcid.org/0009-0001-0824-3272>

Gabriela Ventura Soares Zanuto

Graduanda, Unicesumar.
Maringá – Paraná - Brasil
ra-24001273-2@alunos.unicesumar.edu.br
<http://lattes.cnpq.br/0496240699278042>
<https://orcid.org/0009-0009-8836-7221>

Marcela Braguim Trovo Barbosa

Graduanda, Unicesumar.
Maringá – Paraná - Brasil
ra-24039526-2@alunos.unicesumar.edu.br
<http://lattes.cnpq.br/2275577118500488>
<https://orcid.org/0009-0000-8278-2007>

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo responder ao seguinte problema de pesquisa: Como usar a tecnologia na advocacia privada e quais as vantagens disso? Para responder ao questionamento, é necessário conhecer o impacto do contínuo do desenvolvimento da inteligência artificial para a prática jurídica e os benefícios da aplicação das novas tecnologias no contexto da advocacia privada, o que inclui o uso de softwares jurídicos para automatizar tarefas e otimizar o tempo dos profissionais. Assim, observa-se que as ferramentas tecnológicas têm transformado a forma como advogados particulares atuam, tornando os processos internos mais ágeis, seguros e eficientes, pois os softwares de gestão jurídica permitem o controle de prazos, organização de documentos, acompanhamento de processos em tempo real e emissão de relatórios, tudo em um único ambiente virtual. A inteligência artificial, por sua vez, já possibilita análises preditivas e elaboração de peças iniciais com maior rapidez, aumentando a produtividade e reduzindo erros humanos. A pesquisa adota como metodologia uma abordagem qualitativa, de caráter exploratório, com o objetivo de compreender os impactos e benefícios do uso da tecnologia na advocacia privada. A investigação baseia-se em revisão bibliográfica e documental, utilizando livros, artigos científicos, legislações pertinentes e publicações especializadas na área jurídica e tecnológica. Conclui-se, que a tecnologia representa uma aliada estratégica para o exercício da advocacia moderna, proporcionando vantagens significativas para os profissionais do direito e para seus clientes.

PALAVRAS-CHAVE: Automatização de tarefas. Gestão jurídica. Inteligência artificial.

ABSTRACT

This study aims to address the following research question: How can technology be used in private law practice, and what are its advantages? To answer this question, it is necessary to understand the impact of the continuous development of artificial intelligence on legal practice and the benefits of applying new technologies in the context of private law, including the use of legal software to automate tasks and optimize professionals' time. It is observed that technological tools have transformed the way private lawyers work, making internal processes faster, safer, and more efficient. Legal management software allows for deadline tracking, document organization, real-time case monitoring, and report generation—all within a single virtual environment. Artificial intelligence, in turn, enables predictive analyses and the drafting of initial legal documents more quickly, increasing productivity and reducing human errors. The research adopts a

qualitative, exploratory methodology aimed at understanding the impacts and benefits of technology in private law practice. The investigation is based on bibliographic and documentary review, using books, scientific articles, relevant legislation, and specialized publications in the legal and technological fields. It is concluded that technology represents a strategic ally for modern legal practice, providing significant advantages for legal professionals and their clients.

KEYWORDS: Task automation. Legal management. Artificial intelligence.

1 INTRODUÇÃO

A tecnologia tem se consolidado como um dos fenômenos mais marcantes do século XXI, impactando de forma significativa diversos setores da sociedade, inclusive o campo jurídico. O Direito, historicamente moldado por estruturas tradicionais e processos analógicos, vem sendo gradualmente reconfigurado diante da incorporação de tecnologias como inteligência artificial, automação de tarefas, plataformas digitais e sistemas de gestão integrados. Essa realidade impõe aos operadores do Direito o desafio de se adaptar a novas dinâmicas, tanto no que se refere à aplicação da norma quanto à forma de prestação dos serviços jurídicos.

A evolução tecnológica tem provocado mudanças substanciais na forma como a sociedade se organiza, comunica e resolve conflitos, e o campo jurídico não permanece imune a essas transformações. A digitalização dos processos judiciais, a criação de tribunais eletrônicos e o uso crescente de ferramentas digitais são sinais evidentes de que o exercício da advocacia passa por uma fase de transição paradigmática. Tarefas que antes exigiam tempo e dedicação manuais agora podem ser executadas com maior eficiência e precisão graças ao uso de recursos tecnológicos. Nesse sentido, surge uma nova advocacia: mais dinâmica, ágil e conectada com as necessidades contemporâneas da sociedade e do mercado.

Nesse cenário, observa-se uma mudança significativa no perfil da advocacia privada. Escritórios de advocacia, pressionados por um mercado cada vez mais exigente e competitivo, passaram a buscar soluções tecnológicas inovadoras como forma de otimizar seus fluxos de trabalho, reduzir custos operacionais e manter sua relevância. Softwares jurídicos de gestão de processos, análise preditiva de decisões judiciais, automação de petições e uso de inteligência artificial para triagem de documentos são alguns exemplos da aplicação da tecnologia no cotidiano da advocacia, o que revela uma nova postura mais estratégica e orientada para resultados.

Além de facilitar a rotina jurídica, essas ferramentas também contribuem para a tomada de decisões mais precisas e baseadas em dados, proporcionando aos advogados

e gestores uma visão mais clara sobre a performance do escritório, a gestão de tempo e a priorização de demandas. A transformação digital também promove maior acessibilidade à Justiça, na medida em que amplia a possibilidade de atuação remota, reduz a burocracia e oferece mais transparência aos cidadãos. Os atendimentos on-line, os despachos virtuais e a assinatura digital de documentos são exemplos concretos dessa nova realidade. A tecnologia, portanto, não apenas moderniza os processos, mas contribui para uma advocacia mais eficiente, acessível e centrada no cliente.

Dessa forma, a inovação tecnológica torna-se não apenas uma vantagem operacional, mas um verdadeiro diferencial competitivo. Assim, o problema de pesquisa desse trabalho — “Como usar a tecnologia na advocacia privada e quais as vantagens disso?” — evidencia a necessidade de entender os benefícios da tecnologia na prática jurídica privada e como isso pode transformar a gestão de um escritório.

Essa pesquisa bibliográfica adota também como método uma abordagem qualitativa com o objetivo de compreender os impactos e benefícios do uso tecnológico na advocacia privada, baseando-se em revisão bibliográfica e documental, livros, artigos científicos e legislações pertinentes. Portanto, a importância da tecnologia na prática jurídica revela-se não apenas como tendência, mas como uma necessidade urgente e estratégica.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

A transformação digital tem impactado de maneira significativa a advocacia privada, tornando a tecnologia uma ferramenta estratégica para escritórios que desejam se manter competitivos, produtivos e alinhados às demandas contemporâneas. A crescente digitalização dos processos judiciais, como exemplificado pela implementação do Processo Judicial Eletrônico (PJe), somada ao desenvolvimento de softwares jurídicos personalizados, tem permitido aos advogados o acesso remoto a processos, documentos e despachos, otimizando a rotina e reduzindo a burocracia. Nesse cenário, a tecnologia jurídica deixa de ser um diferencial e se torna um elemento essencial para a prestação de serviços de excelência (Andrade, 2020).

Dentre os principais benefícios proporcionados pelas inovações tecnológicas, destaca-se a automatização de tarefas repetitivas e operacionais, como o controle de prazos, emissão de guias, notificações automáticas, organização documental e agendamentos. Essa automação libera o profissional para se dedicar a funções mais analíticas e estratégicas, como a elaboração de petições personalizadas e o atendimento

direto ao cliente. Além disso, a padronização dos fluxos de trabalho favorece a previsibilidade e o aumento da produtividade. Outro ponto relevante é a redução de custos operacionais, uma vez que a digitalização permite a economia com materiais físicos, deslocamentos e estrutura administrativa, contribuindo para uma gestão financeira mais eficiente e possibilitando o redirecionamento de recursos para áreas como marketing jurídico e qualificação profissional.

A gestão eficiente dos escritórios de advocacia também é beneficiada com o uso de sistemas integrados de gestão jurídica, como ADVBox, Astrea, Projuris e Legal One. Essas plataformas viabilizam o controle centralizado de informações, a visualização de indicadores de desempenho e a distribuição de tarefas entre membros da equipe, favorecendo a organização interna e a tomada de decisões com base em dados concretos. A mobilidade proporcionada pelo uso de dispositivos móveis permite que os profissionais atuem de qualquer lugar, garantindo continuidade dos serviços em situações como audiências virtuais, home office e atendimentos externos. Essa flexibilidade se tornou um diferencial importante diante da nova realidade da prática jurídica contemporânea (Trindade, 2018).

Outro aspecto fundamental abordado é o papel da tecnologia no fortalecimento do marketing jurídico, especialmente considerando os limites éticos impostos pelo Código de Ética da OAB (Capítulo VIII, art. 39). A utilização estratégica das redes sociais e outras plataformas digitais, desde que alinhadas às diretrizes éticas, permite aos advogados ampliarem sua visibilidade, demonstrar autoridade em áreas específicas do Direito e atrair novos clientes. A credibilidade do profissional, entretanto, ainda está intimamente ligada à qualidade do serviço prestado, o que reforça a importância da tecnologia como aliada na eficiência e rapidez das entregas.

Para que a tecnologia realmente represente uma vantagem competitiva, é imprescindível que sua implementação seja feita com planejamento estratégico. Isso inclui a identificação das reais necessidades do escritório, a escolha de ferramentas adequadas, o treinamento da equipe e a integração das soluções tecnológicas ao fluxo de trabalho cotidiano. A capacitação dos profissionais é um fator decisivo para o sucesso da transformação digital, pois o engajamento da equipe determina o grau de aproveitamento das funcionalidades disponíveis. A criação de processos internos padronizados e a análise contínua de desempenho permitem ajustes e garantem que a tecnologia esteja contribuindo efetivamente para os objetivos do escritório (Santos, 2024).

O investimento em tecnologia jurídica, portanto, deve ser entendido como um investimento estratégico e não apenas um custo. A alocação de recursos no orçamento anual deve prever despesas com licenciamento de softwares, capacitação de pessoal, suporte técnico e atualizações constantes. Estudos demonstram que a maioria dos escritórios que adotam tecnologias jurídicas relatam ganhos significativos em organização, produtividade e relacionamento com clientes. Ao investir de forma planejada e consciente, o escritório não apenas moderniza sua estrutura, mas também se posiciona de maneira mais competitiva no mercado jurídico. (Queiroz, 2024)

Por fim, destaca-se a importância da conformidade com a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), que trouxe novas responsabilidades aos advogados quanto à coleta, armazenamento e tratamento de dados pessoais e sensíveis. A adoção de ferramentas tecnológicas deve considerar rigorosamente os requisitos legais de segurança da informação, incluindo criptografia, controle de

acesso, backups seguros e consentimento informado. Escritórios que demonstram compromisso com a privacidade e proteção de dados fortalecem sua reputação e aumentam a confiança dos clientes. Assim, a tecnologia, aliada à conformidade com a LGPD, não apenas moderniza a atuação profissional, mas também garante segurança jurídica, transparência e credibilidade, refletindo um novo modelo de advocacia: mais eficiente, ética e conectada às transformações do século XXI (Barbosa, 2024).

Portanto, a incorporação da tecnologia no cotidiano dos escritórios de advocacia privados deixou de ser uma opção e tornou-se uma exigência imposta pelas novas dinâmicas do mercado jurídico. Como demonstrado, o uso estratégico de ferramentas tecnológicas proporciona inúmeros benefícios, desde a automação de tarefas rotineiras até a otimização da gestão interna, a redução de custos operacionais e o fortalecimento do relacionamento com o cliente. Importante ressaltar que a tecnologia, por si só, não é suficiente: é a forma como ela é aplicada no dia a dia da advocacia que determina seu impacto positivo. Nesse sentido, a visão do gestor jurídico deve ser orientada tanto para a inovação quanto para a humanização do atendimento, garantindo que as soluções tecnológicas estejam sempre a serviço da excelência profissional.

3 METODOLOGIA

A presente pesquisa caracteriza-se como uma pesquisa bibliográfica com abordagem qualitativa, cujo objetivo central é analisar os impactos e benefícios da

tecnologia na advocacia privada. A escolha por uma metodologia bibliográfica justifica-se pela necessidade de reunir, interpretar e discutir diferentes contribuições teóricas já existentes sobre o tema, a fim de construir uma base sólida de conhecimento que sustente as análises propostas ao longo do trabalho. Além disso, a pesquisa bibliográfica permite acesso a uma ampla gama de informações já produzidas por especialistas da área, o que enriquece o embasamento teórico e favorece a reflexão crítica sobre as transformações enfrentadas pelo setor jurídico. A abordagem qualitativa, por sua vez, permite compreender o fenômeno estudado a partir de uma perspectiva interpretativa, explorando os significados, relações e contextos que envolvem o uso da tecnologia no meio jurídico. Esse tipo de abordagem é adequado quando o objetivo da pesquisa é aprofundar a análise de um fenômeno complexo, considerando aspectos subjetivos e sociais que não podem ser quantificados com precisão.

A pesquisa foi desenvolvida a partir da revisão de obras acadêmicas, artigos científicos, legislações, documentos institucionais, estudos de caso e demais publicações pertinentes ao campo do Direito e da tecnologia aplicada à prática jurídica. Essa diversidade de fontes permite uma visão abrangente do tema, contribuindo para uma análise mais completa e crítica da realidade estudada. Entre os materiais consultados, destacam-se autores e pesquisadores que discutem a digitalização da prática jurídica, a automação de tarefas rotineiras, o uso de softwares jurídicos, a implementação de sistemas de gestão integrada e as implicações da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) no exercício da advocacia contemporânea.

O processo de seleção das fontes seguiu critérios de relevância, atualidade e autoridade dos autores no campo jurídico e tecnológico. Foram priorizados materiais publicados nos últimos dez anos, a fim de assegurar que os dados e as discussões refletissem a realidade atual do setor jurídico frente à transformação digital. A análise dos dados foi realizada por meio da leitura crítica, interpretativa e comparativa dos textos selecionados, buscando identificar como a inserção da tecnologia influencia o cotidiano dos profissionais do Direito, suas rotinas operacionais, a gestão dos escritórios e a relação com os clientes.

Os dados coletados foram organizados em categorias temáticas, como automação de processos, gestão tecnológica, transformação digital na advocacia, marketing jurídico digital e adequação à LGPD. Essas categorias permitiram estruturar as discussões de forma coerente com os objetivos da pesquisa e com o problema proposto. Assim, esta

metodologia visa fornecer uma compreensão ampla, fundamentada e aprofundada do papel da tecnologia na advocacia privada, contribuindo para reflexões críticas sobre a necessidade de adaptação, inovação e qualificação profissional no setor jurídico diante dos desafios impostos pela era digital.

4 RESULTADOS ALCANÇADOS OU ESPERADOS

Espera-se que esta pesquisa evidencie, com base em revisão bibliográfica qualificada, os impactos concretos e os benefícios estratégicos da implementação da tecnologia na advocacia privada. Entre os principais resultados esperados, destaca-se a demonstração de como ferramentas tecnológicas, como o Processo Judicial Eletrônico (PJe) e softwares jurídicos personalizados, contribuem para a modernização da prática advocatícia, otimizando rotinas operacionais, agilizando o acesso à informação e promovendo maior eficiência na prestação dos serviços jurídicos. Espera-se também que o estudo revele como essas tecnologias impactam positivamente não apenas o desempenho interno dos escritórios, mas também a experiência do cliente, ao proporcionar respostas mais rápidas, processos mais organizados e uma comunicação mais fluida.

Outro resultado relevante será a identificação do papel central da automatização na rotina dos escritórios, com destaque para o ganho de tempo, a redução de erros humanos, a padronização dos fluxos de trabalho e o aumento da produtividade. Tarefas repetitivas e operacionais, como emissão de guias, controle de prazos e agendamento de compromissos, poderão ser delegadas a sistemas automatizados, liberando os advogados para atividades mais estratégicas e intelectualmente exigentes. Espera-se também comprovar que a tecnologia, ao reduzir os custos com insumos físicos e deslocamentos, contribui diretamente para uma gestão financeira mais eficaz, permitindo que os recursos sejam reinvestidos em áreas estratégicas como marketing jurídico, capacitação profissional e melhoria do atendimento ao cliente.

Além disso, o estudo deverá evidenciar a importância da mobilidade e da flexibilidade proporcionadas por dispositivos móveis e plataformas integradas, que permitem aos advogados atuarem de maneira remota e contínua, mesmo diante de desafios como audiências virtuais e modelos híbridos de trabalho. A continuidade dos serviços jurídicos, independentemente da localização física do profissional, é um fator que confere mais adaptabilidade e agilidade aos escritórios modernos.

Nesse sentido, a pesquisa também buscará confirmar que o uso consciente e ético da tecnologia — especialmente no que diz respeito ao marketing jurídico — fortalece a imagem do profissional, respeitando as normas da OAB e ampliando a visibilidade no mercado sem comprometer os princípios éticos da profissão.

Outro ponto de destaque entre os resultados esperados é a demonstração de que a implementação tecnológica bem-sucedida depende de um planejamento estratégico, do envolvimento da equipe e da constante análise de desempenho, reforçando a ideia de que a tecnologia só é eficaz quando bem aplicada e alinhada aos objetivos do escritório. Espera-se ainda que o estudo contribua para destacar boas práticas na transição digital, especialmente no que diz respeito à liderança organizacional, capacitação dos colaboradores e monitoramento contínuo das ferramentas adotadas.

Por fim, espera-se comprovar que o uso da tecnologia jurídica em conformidade com a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) é não apenas uma obrigação legal, mas também uma oportunidade de fortalecer a segurança da informação, a transparência e a confiança entre cliente e advogado. Escritórios que se adequam às normas da LGPD e demonstram compromisso com a privacidade dos dados destacam-se positivamente no mercado e reforçam sua reputação institucional.

Dessa forma, os resultados desta pesquisa devem contribuir para a compreensão da tecnologia como uma aliada essencial no cenário jurídico contemporâneo, oferecendo subsídios teóricos e práticos para a adoção consciente de soluções digitais nos escritórios de advocacia e promovendo um

novo modelo de atuação profissional: mais eficiente, ético, inovador e preparado para os desafios do século XXI.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, M. D. DE; ROSA, B. DE C.; PINTO, E. R. G. DE C. Legal tech: analytics, inteligência artificial e as novas perspectivas para a prática da advocacia privada. Revista Direito GV, v. 16, n. 1, 2020. Disponível em: link. Acesso em: data.

BARBOSA,. Inteligência artificial e advocacia privada: impactos, questões éticas e regulatórias sob a perspectiva da LGPD. Pucgoias.edu.br, 2024. Disponível em: link. Acesso em: data.

BRASIL. Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), de 14 de agosto de 2018. D, disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/l13709.htm. Acesso em: data.

DE, F. A LGPD é um assunto para o jurídico ou para a tecnologia? — LGPD - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais | Serpro. Disponível em: <<https://www.serpro.gov.br/lgpd/noticias/o-que-significa-o-juridico-e-a-tecnologia-para-a-lgpd>>. Acesso em: 15 abr. 2025.

Estudo mapeia uso da tecnologia em escritórios de advocacia. Disponível em: <<https://oabcampinas.org.br/estudo-mapeia-uso-da-tecnologia-em-escritorios-de-advocacia/>>. Acesso em: 15 abr. 2025.

PROJURIS. Tecnologia na advocacia: principais vantagens na atuação jurídica. Disponível em: <<https://www.projuris.com.br/blog/principais-vantagens-da-tecnologia-na-advocacia/>>. 2024. Acesso em: data.

KOETZ, E. Tecnologia e ética na advocacia: desafios e oportunidades. Disponível em: <<https://advbox.com.br/blog/tecnologia-e-etica-na-advocacia/>>. Acesso em: 14 abr. 2025.

QUEIROZ, A. M. DE; BUENO, P. L. N.; LISBINO, J. K. T. O IMPACTO DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NA ADVOCACIA BRASILEIRA: BENEFÍCIOS E DESAFIOS NO SETOR JURÍDICO. Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação, v. 10, n. 11, p. 2697–2712, 12 nov. 2024. Disponível em: link. Acesso em: data.

SANTOS, T. Como usar a tecnologia a favor da gestão do seu escritório de advocacia – Aviso Urgente. Disponível em: <<https://www.avisourgente.com.br/como-usar-a-tecnologia-a-favor-da-gestao-do-seu-escritorio-de-advocacia/>>. Acesso em: data. 2024.

TRINDADE, C. A tecnologia aplicada ao direito: smart contracts em blockchain e o futuro da advocacia privada. Ufpb.br, 2018. Isso é um artigo? Referência incompleta.